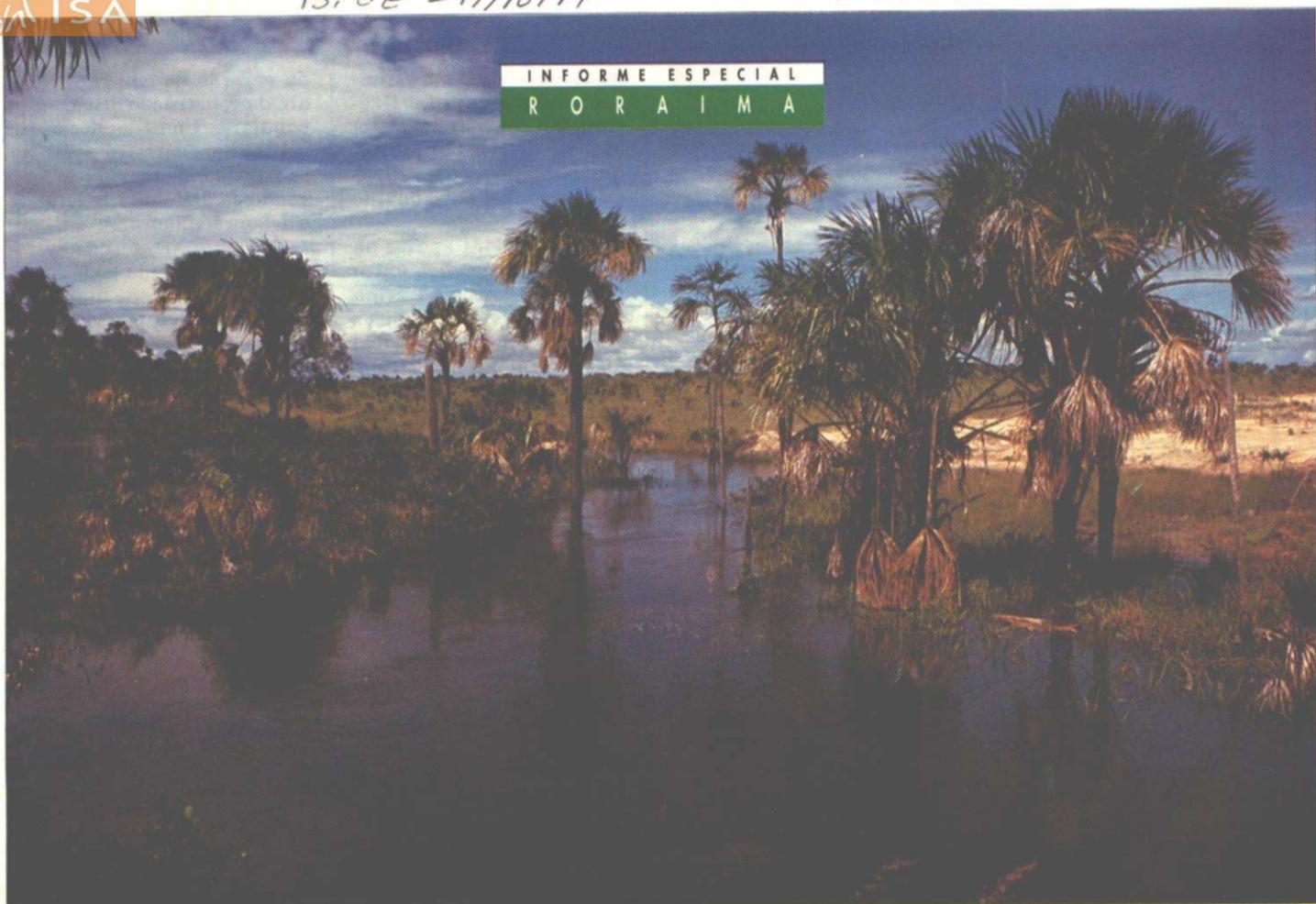


INFORME ESPECIAL
R O R A I M A



A fronteira dos minérios

Com 230 mil quilômetros quadrados, Roraima abriga, ao mesmo tempo, extensas áreas indígenas e uma das mais ricas províncias minerais do planeta em terras que se confundem e vivem infestadas de garimpeiros e missionários estrangeiros. Essa situação provoca intensa polêmica que tem repercussão internacional. Por isso é importante encontrar uma solução que concilie os interesses da crescente população do Estado e das tribos indígenas que exigem a demarcação de suas terras. Esse é o desafio a ser vencido na última fronteira do desenvolvimento brasileiro, que investe em sua relação comercial com a Venezuela. Sua capital, Boa Vista, tem se modernizado e vem recebendo um cuidado especial para melhorar a qualidade de vida de seu povo.

FOTOS PLATÃO ARANTES

Roraima, com uma área de 230 mil quilômetros quadrados, tem suas pastagens naturais cortadas por igarapés



Monumento ao garimpeiro em Boa Vista: personagem polêmico nos conflitos em terras indígenas

Senadora quer extinguir Funai

Marluce Pinto defende os índios e lidera as obras de assistência social em Roraima

A senadora Marluce Pinto divide com seu marido, o governador de Roraima, Ottomar Pinto, uma posição contrária à busca de soluções para os problemas indígenas através de um único órgão federal. Ela defende a extinção da Funai, tal como existe hoje, e propõe a criação de uma entidade federal que orientaria e fiscalizaria a tarefa de assistência aos povos indígenas pelos governos estaduais.

Marluce Pinto considera a questão dos índios muito complexa para ser gerenciada de Brasília, porque as distâncias são muito grandes. Para ela, a solução está nas mãos dos governantes locais, que lidam permanentemente com os problemas que surgem em seus Estados. Na sua opinião, como os governadores são responsáveis pelos destinos dos cidadãos, deveriam ficar também com a tutela dos índios.

Entretanto, as modificações pretendidas pela senadora de Roraima não poderão ser postas em prática de imediato, pois dependem da aprovação de emenda constitucional para isso. Enquanto isso não ocorre, ela propõe que a Funai trabalhe em comum com os parlamentares e governadores



Senadora Marluce Pinto



A construção de casas populares é uma das prioridades da senadora, que é admirada por seu trabalho na área social

dos Estados que possuem populações indígenas.

Marluce Pinto crítica a intenção do Governo de demarcar a região da Malca da Serra do Sol em área contínua. "Sou favorável à demarcação não-contínua, pois os índios, de acordo com a Constituição, não têm terra e sim o direito de usar a terra", pondera. A primeira-dama de Roraima entende que seria preferível deixar que os índios conti-

nuassem a viver em extensão, como sempre o fizeram, em coexistência com os fazendeiros, porque naquela região está localizado o maior rebanho bovino do Estado."

A senadora aposta na convivência pacífica entre índios e brancos e afirma que "essa história de dizer que os dois povos não se dão é coisa de missionários, que manipulam alguns descontentes. Se conversarmos com os chefes, concluiremos logo que eles não desejam a

da geração de empregos e até da construção de casas populares. Com isso, desenvolveu uma carreira política paralela ao marido, elegendo-se deputada federal e depois senadora.

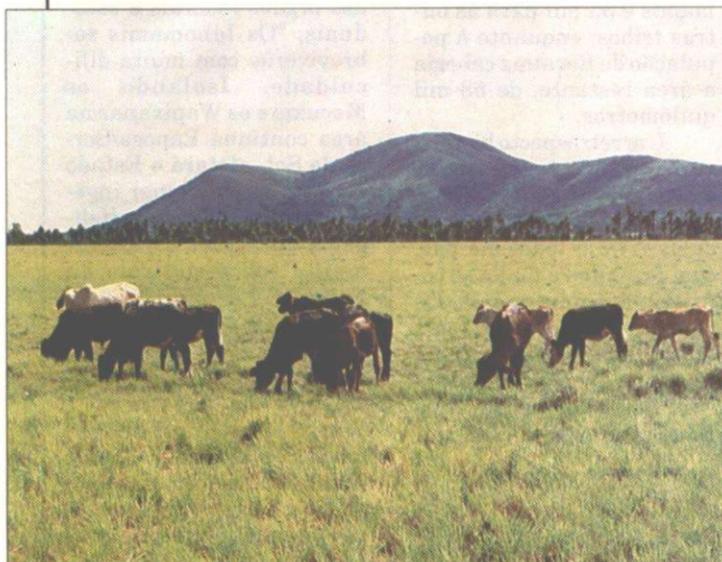
"Enfim, quem não conhece a Amazônia pode receber informações distorcidas de pessoas a serviço de interesses internacionais e mesmo de políticos que fazem oposição ao governo local. Para nós, entretanto, é fácil resolver os problemas não só da população como

demarcação em áreas contínuas".

Para os índios, a convivência com os fazendeiros é benéfica, já que muitos deles trabalham em propriedades rurais, onde recebem assistência do Estado, segundo a senadora, que acrescenta: "Se os índios de Roraima dependessem da Funai, eles morreriam de fome, sem ter quem fizesse nada em sua defesa".

Marluce Pinto é admirada em Roraima por seu trabalho social. Desde o primeiro governo Ottomar Pinto, ela lidera as iniciativas no cargo de assistência médica, dos benefícios sociais,

também dos índios, porque conhecemos bem a situação e mesmo as preferências deles. Há tempos, levamos 22 tuxauas (caciques) para conversar com o procurador Aristides Junqueira e com o então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e debater o tema da demarcação. Os chefes índios foram unânimes em sua preferência pela demarcação descontinua e manifestaram-se favoráveis à convivência com os fazendeiros. O exemplo, por si só, demonstra que a razão está com aqueles que conhecem a região em que vivem", acentua a senadora Marluce Pinto.



As pastagens ficam em território a ser demarcado com dimensões ajustadas para os índios



A criação da maior reserva indígena, pertencente aos Ianomamis, está sendo contestada na justiça

INFORME ESPECIAL

R O R A I M A

Áreas indígenas geram polêmica

A reserva Ianomami está localizada em uma das mais ricas províncias minerais do mundo

A grande questão que envolve Roraima é a demarcação das áreas indígenas. As tribos que vivem no Estado constituem apenas 6% da população total, mas têm direito a cerca de 65% do território estadual. A criação da maior reserva, que beneficia os índios da chamada nação Ianomami, foi feita por uma simples portaria ministerial, no governo Fernando Collor, e está sendo contestada na Justiça.

Um dos erros da portaria, assinada pelo então ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, é o desrespeito ao dispositivo constitucional que regula as áreas de fronteira. Em decorrência dessa falha, foram concedi-

dos à tribo Ianomami mais de 9 milhões de hectares, que formam uma espécie de país independente, já que a Venezuela havia concedido à mesma tribo outros 8 milhões de hectares do outro lado da fronteira.

Um problema delicado enfrentado por Roraima é a questão da demarcação das áreas indígenas

É justamente nessa gigantesca reserva binacional, de extensão maior do que muitos países europeus e com uma população indígena de aproximadamente 10 mil pessoas, que existe uma das mais ricas provín-

cias minerais do planeta. As terras têm ocorrências de ouro, diamantes, cassiterita, manganês, zinco, nióbio, fosfato e outros minerais, inclusive radioativos.

Existem denúncias de que grande parte dos missionários estrangeiros que circulam na região é formada de aventureiros interessados em explorar e contrabandear os minerais lá existentes. Para tanto, utilizam pistas clandestinas em plena selva, aproveitando-se da falta de controle do tráfego aéreo naquela área de fronteira.

A situação é preocupante, devido ao grande interesse que a questão indígena desperta na opinião pública mundial. Como os índios Ianomamis são nômades e circulam livremen-

te em território brasileiro e venezuelano, existe a possibilidade de ganhar força o movimento internacional que defende a autonomia dos povos indígenas e sua independência política.

Enquanto não se deci-

dir a questão que envolve a demarcação das áreas indígenas, o futuro de Roraima continua incerto, apesar de se tratar de um Estado potencialmente rico, com amplas possibilidades de exploração mineral e de crescimento do setor agroindustrial, pois é a única área da Amazônia que dispõe de extensas pastagens naturais.

A DEMARCAÇÃO

Defensor da preservação do meio ambiente, o governador Ottomar Pinto possui uma visão própria da questão das reservas indígenas. Entende que as terras pertencentes a esses povos devem ser demarcadas com dimensões ajustadas em áreas isoladas racionalmente, respeitando a integridade territorial do País. Para o governador de Roraima, é importante que o Estado seja ouvido nas deliberações referentes aos assentamentos das tribos.

Ottomar Pinto pondera que 94% da população do Estado ficará com apenas 35% da superfície mais pobre, distante das fronteiras internacionais do Brasil, caso sejam aprovados os projetos de demarcação elaborados pelos antropólogos da Funai. "Isolados em Brasília, eles desconhecem

INFORME ESPECIAL
R O R A I M A

a realidade local e as aspirações de progresso de nosso povo”, frisa o governador.

De cordo com as determinações do Ibama, a área

contínuas na região da Raposa, Normandia, Cotingo e Serra do Sol. “Se atendida a pretensão da Funai de entregar aos índios essas terras, eles ficarão com 24 mil quilômetros quadrados de savanas, incluídas as áreas já demarcadas, restando para o povo de Roraima e

mamis e 35 mil para as outras tribos, enquanto à população de Roraima caberia a área restante, de 68 mil quilômetros.

Um retrospecto histórico das relações entre índios e fazendeiros, em Roraima, revela que há quase dois séculos viviam todos em paz, com fazendas e malocas coexistindo em harmonia. Os conflitos surgiram depois que os índios, liderados pela Diocese de Roraima, passaram a exigir em escala crescente reservas cada vez mai-

dos órgãos federais e estaduais: “Os Ianomamis sobreviverão com muita dificuldade. Isolando os Macuxis e os Wapixanas na área contínua Raposa/Serra do Sol, afetarão o Estado de Roraima qualquer ingerência no novo Parque Indígena, que ficará exclusivamente sob o controle da Funai”.

De acordo com um levantamento do governo estadual, os prejuízos dos indígenas não serão poucos. Sem os 110 médicos e enfermeiros do Estado, os índios ficarão sem assistência e remédios. Serão retirados ainda caminhões, tratores, grupos geradores, antenas parabólicas e os professores mantidos pelo Estado.

DESAMPARO

“Não vejo como possa a Funai administrar as carências dessas comunidades. Os índios vão sofrer, mergulharão na penúria e muitos morrerão por falta de qualquer assistência médica, que a Funai não poderá oferecer, porque não tem recursos”, adverte.

Os Ianomamis são primitivos, mas os Macuxis e os Wapixanas já foram aculturados. “São reservistas, eleitores, professores, trabalhadores rurais, e muitas de suas comunidades perderam a memória da língua e da ancestralidade cultural”, afirma.

Os Ianomamis vivem na selva e praticam a caça e a pesca como forma de sobrevivência. Os Macuxis e Wapixanas, das regiões de Raposa, Cotingo, Serra do Sol e outras, não vivem na selva, habitando áreas de savanas sem outra vegetação que as gramíneas. Não há caça abundante nem peixe nessas terras.

“Eles são apenas pequenos produtores, cuja atividade não existiria se o Estado não lhes proovesse com sementes, adubos, irrigação, assistência técnica rural, animais de pequeno porte, sacarias, tratores, caminhões, estradas, escolas e postos de saúde”, conclui o governador.

Até a intervenção da Diocese de Roraima, a relação entre índios e fazendeiros sempre foi tranqüila

de florestas é intocável, sendo proibido qualquer desmatamento para implantação de pastagens e expansão da pecuária. A polêmica entre o governo estadual e a Funai é causada pela possibilidade de demarcar áreas

seu rebanho de 250 mil bovinos apenas 11,8 mil quilômetros quadrados”, esclarece Ottomar Pinto.

Sob a ótica da Funai, os indígenas ficariam com 126 mil quilômetros quadrados (com 90 mil para os Iano-

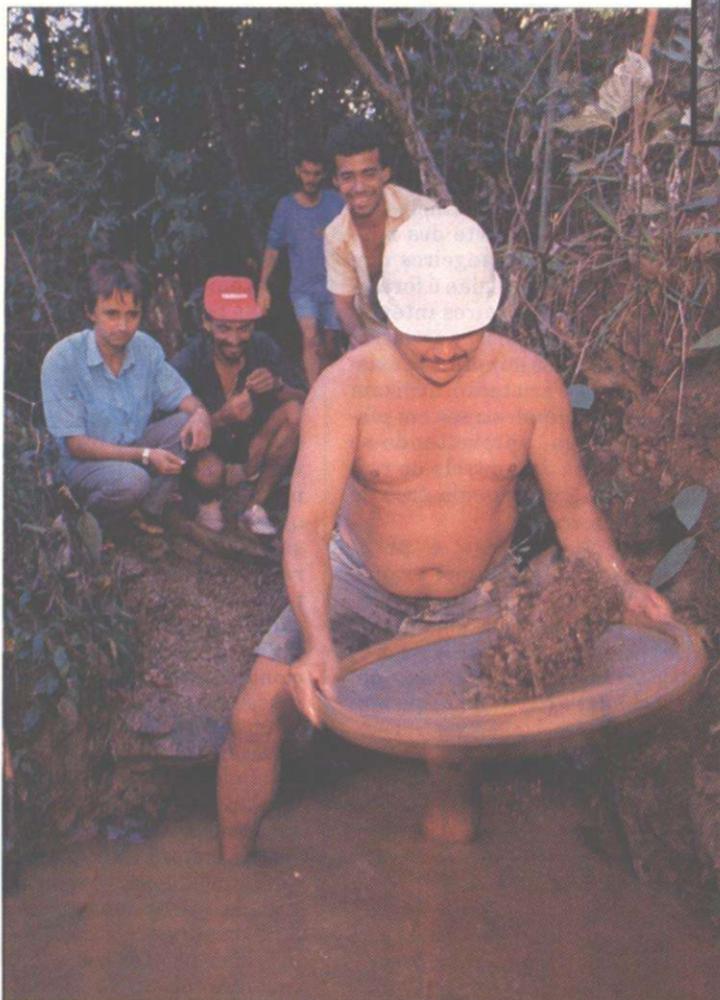


Governador
Ottomar Pinto

ores, culminando com a exigência de áreas contínuas. A nova posição então adotada pelos índios surgiu após levantamento do Projeto Radam e dos serviços de satélites americanos que detectaram valiosas ocorrências minerais em Roraima.

“Primeiro foi a área contínua Ianomami, abrangendo 90 mil quilômetros quadrados para menos de 5 mil índios. Com a redução dos recursos da Funai e da Fundação Nacional de Saúde, os índios dessa tribo estão sendo dizimados pelas doenças, e encontram hoje seu único arrimo nos pelotões de fronteira do Exército Brasileiro”, afirma o governador.

Ele prossegue sua análise demonstrando qual será a situação das tribos indígenas sem o auxílio



PAULA SIMAS

Roraima tem uma das mais ricas províncias minerais do planeta, atraindo aventureiros do mundo todo